

UM DIA DE MUITAS EXPLICAÇÕES

“
FHC



Estou aqui juntamente com o ministro Pedro Malan.

Interrompi o pretendido descanso, que não se realizou, para reafirmar ao Brasil a disposição minha, pessoal, do governo, do ministro da Fazenda, de prosseguirmos no esforço que há muito estamos empenhados que é o de restabelecer condições para o crescimento sustentado do Brasil. Há poucos dias eu disse que a condição fundamental para isso é a credibilidade. Pois bem, o Brasil tem feito um trabalho persistente no sentido de reorganizar suas finanças públicas, de fazer um ajuste fiscal, porque isso é condição básica para que o Brasil tenha credibilidade lá fora e aqui dentro. E nós estamos avançando nessa direção.

Falei há pouco com o presidente da Câmara, Michel Temer, e com o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos. Ambos estão comprometidos com o mesmo esforço. O apoio dos partidos tem sido e será constante nessa direção. Isso é essencial. É essencial que o Brasil perceba que nós estamos mudando o nosso regime fiscal. O que significa mudar o regime fiscal? Significa um comportamento do orçamento, das medidas de políticas públicas; um comportamento responsável, onde se exclua a possibilidade de gastos que não tenham condição de serem realmente realizados pelo Brasil pelo país, pelo governo. E começo, portanto, reafirmando essa decisão, agradecendo uma vez mais ao Congresso Nacional do apoio que tem sido dado, que foi expresso pelo senador Antônio Carlos, no mesmo dia da minha posse, quando disse que o Congresso não faltaria no apoio às medidas necessárias para o equilíbrio das finanças públicas e para a retomada do nosso crescimento.

O Congresso aprovou já cerca de 70% daquilo que nós a ele pedimos, em matéria de ajuste fiscal. O que falta aprovar? O Orçamento da União, que está em vias de ser aprovado e será aprovado nos termos em que foi enviado ao Congresso, algumas medidas complementares de ajuste — a mais importante das quais é a votação da CPMF — a conclusão da votação, porque o Senado já aprovou em primeira instância, e eu gostaria que isso fosse feito com a rapidez que os líderes têm demonstrado de obter na Câmara dos Deputados. Falta aprovar o que ainda não enviamos, mas que enviaremos, como o País sabe, brevemente, algumas medidas complementares para corrigir a injustiça que existe, que eu tenho reiterado, no que diz respeito às altas aposentadorias que não contribuem para os fundos de acumulação que permitiriam o pagamento dessas aposentadorias. Basicamente é isso que falta aprovar.

Estamos, portanto, quase terminando, com o apoio do Congresso, essas medidas. Hoje (ontem) o Congresso Nacional deve aprovar as medidas provisórias que nós emitimos em dezembro para substituir a parte do CPMF que eventualmente não será cobrada em 99, pelo atraso na aprovação do CPMF. Há duas medidas importantes. Uma delas diz respeito à Contribuição do Lucro Social das Empresas e a outra o IOF. Ambas em conjunto renderão US\$ 4 bilhões. Essas medidas devem ser aprovadas ainda hoje (ontem). (...)

Recebemos o apoio, e eu agradeço, da imensa maioria dos governadores deste país que com noção de responsabilidade viram que mais importante do que tudo é nossa união, a harmonia na Federação para que nós possamos fazer com que o País avance mais. Isso dá a certeza de que essa mudança de mentalidade tem apoio no Congresso, como tem apoio dos governadores, a imensa maioria dos governadores. (...)

O governo honrará todos os seus contratos, internos e externos, sempre, porque isso é base da credibilidade. Além disso, eu quero dizer ao País que a decisão tomada, na substituição do doutor Gustavo Franco pelo doutor Francisco Lopes não significa mudança de rumo. (...)

Agradeço ao doutor Gustavo Franco as palavras generosas proferidas por ele e tenho certeza que sua colaboração diretamente a mim será de grande valia. E quero lhes dizer que as modificações apresentadas esta manhã pelo presidente do Banco Central, doutor Francisco Lopes, são modificações que abrem espaço na política

monetária. Não no sentido da sua frouxidão, mas no sentido de que essa política vai avançar no mesmo passo em que nós avançamos com o ajuste fiscal. (...)

Regras são feitas para serem cumpridas. O governo dispõe da vontade de cumpri-las e dos elementos necessários para que essa vontade se materialize. Portanto, o doutor Francisco Lopes, ao expor esta manhã (ontem) ao País, e se me permitem aos mercados internacionais, as nossas decisões, reafirmou compromissos e mostrou que nós temos inventividade técnica para permitir que haja o que todos desejamos, que seja uma redução progressiva da taxa de juros, desde que não seja em detrimento da política fiscal e desde que haja, como há, o compromisso firme com as regras que estamos adotando. (...)

Tenho a convicção de que o Fundo Monetário Internacional, por seu diretor superintendente, expressará a mesma crença que eu expresse neste momento, de que tudo que nós estamos fazendo vai na direção do melhor para o Brasil e também, se me permitem, para o conjunto dos países porque a solidariedade é necessária nessas economias globalizadas, e o Brasil está se mostrando mais uma vez responsável e solidário, assumindo as decisões, mas com consciência, serenidade, firmeza, competência técnica e com a disposição firme e decidida adiante no rumo do restabelecimento da nossa credibilidade.

PEDRO MALAN

O que disse o professor Francisco Lopes é que nós caminhamos para a flexibilização da política cambial, para que isso possa dar mais escopo e espaço para um eventual declínio das taxas de juros domésticos, o que é um anseio nacional. Ao mesmo tempo, em mais de uma ocasião, já disse o professor Lopes, disse o presidente da República, e eu gostaria de reiterar, o espaço e o escopo, a velocidade e a intensidade com que será possível reduzir as taxas domésticas de juros, que é um objetivo de nós todos, isso dependerá do nosso empenho, firmeza, determinação, coragem em perseguir os objetivos definidos no programa de estabilidade fiscal, que começamos a anunciar desde o início de setembro do ano passado.

Devo dizer que foi no dia 8 de setembro que nós anunciamos um compromisso de gerar um superávit primário de, pelo menos, R\$ 5 bilhões no ano de 1998. Esse objetivo será alcançado. Assim como, também, nós cumprimos, ao que tudo indica, a meta do déficit nominal do setor público como um todo. Portanto, nós estamos cumprindo os objetivos a que nos propusemos na área fiscal para 31 de dezembro de 1998 e estaremos cumprindo para 1999, se o Congresso Nacional nos apoiar. E não temos dúvida, como disse o presidente, que esse apoio não haverá de faltar. Não ao governo, mas ao país. Nós seremos capazes, também, de cumprir o programa de estabilidade fiscal, tal como anunciado. Neste ano, no próximo e em 2001.

É esse avanço, no processo de reorganização, modernização do Estado, aumento da sua eficiência operacional, de fazer com que o Estado viva dentro dos seus meios que são os recursos que lhe dá coletividade via impostos e em capacidade de endividamento, que nos permitirá, quando a percepção de que ele está consolidado, reduzir de forma sustentada as taxas de juros domésticas. O movimento que foi feito contribui para isso, mas não é, de forma alguma, um substituto para esse desafio maior que dizemos há muito tempo.

A comunidade financeira internacional, com a qual estaremos conversando intensamente ao longo das próximas horas eu espero que tão logo compreenda a determinação do presidente da República, a determinação do governo e a determinação do país em fazer com que o Brasil se adapte ao seu programa. A compreensão não nos haverá de faltar e nós seremos capazes de retomar o crescimento sustentado, com inflação sob controle e com o objetivo maior deste governo, que é a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Hoje, o que fizemos foi uma flexibilização da política cambial e é um passo, não é uma mudança drástica. É uma mudança na direção de maior flexibilidade em relação ao sistema anterior. Isso eu espero estar sendo entendido e compreendido ao longo das próximas horas e dias.



GUSTAVO FRANCO



Já faz algum tempo que eu venho contemplando a idéia de deixar a presidência do Banco Central. As razões para isso são, em primeiro lugar, de ordem pessoal: a necessidade de me dedicar mais aos assuntos familiares. Mas são também, e principalmente, de ordem profissional: o desgaste natural depois de cinco anos ininterruptos de trabalho, como secretário-adjunto de Política Econômica, diretor da Área Externa e, finalmente, presidente do Banco Central do Brasil. Há também a necessidade de buscar novos desafios, e de dar lugar a outros com mais ímpeto para continuar a aprofundar as linhas de atuação do Banco Central e ajudar a consolidar o Plano Real.

Sempre tive claro que o Plano Real não pode depender da colaboração individual de pessoas especiais, e que é uma obra coletiva, coordenada pelo presidente da República. Já faz tempo, também, que venho amadurecendo a idéia que necessitamos flexibilizar as políticas de juros e de câmbio, de modo a superarmos a crise e retomarmos o crescimento. O mundo mudou, e é preciso responder a estas novas circunstâncias de forma positiva e criativa.

Há tempos venho dizendo que a agenda da estabilização veio a se transformar numa agenda do desenvolvimento. Isto significa que devemos alterar as ênfases e as prioridades, adaptá-las a novos objetivos e circunstâncias e, em consequência, também remanejar pessoas. Os desafios se renovam, e as pessoas também. Jamais seria minha intenção servir como embaraço a natural reorientação das políticas de juros e câmbio, conforme desejo do presidente da República.

Assim sendo, tornou-se natural que os dois assuntos — meu desligamento e a flexibilização das políticas de juro e câmbio — devessem ser considerados em conjunto, e que ao meu sucessor coubesse o trabalho de formular e conduzir as alterações nas referidas políticas.

Em instantes, o professor Francisco Lopes, que vai me suceder, vai estar lhes falando sobre o futuro. O professor é pessoa da maior competência, de grande experiência no trato dos mercados e está perfeitamente capacitado para conduzir as mudanças. Foi dele a formulação e será dele a condução das mudanças. Tomei conhecimento dos detalhes e apoio integralmente as alterações, e tenho toda certeza que serão bem sucedidas. Estou, no presente momento, entrando em férias (tenho 60 dias acumulados) enquanto o diretor Francisco Lopes assume interinamente a presidência do Banco Central do Brasil e, simultaneamente, o seu nome é submetido pelo Senhor presidente da República ao Senado Federal para a presidência desta casa.

Isto não encerra, todavia, a minha colaboração com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O presidente da República decidiu criar um Conselho de Assesores Econômicos, na montagem do qual eu estarei envolvido e, possivelmente, ocuparei uma de suas cadeiras. O Brasil precisa de idéias novas, e este Conselho poderá servir de veículo para a sua concepção e execução.

Durante esses cinco anos e oito meses de trabalho, participei de inúmeras batalhas, trabalhei pelo Brasil. Não se tem noção do quanto é desgastante e solitária a defesa de princípios, a execução de políticas impessoais, voltadas para a maioria, freqüentemente contrariando interesses poderosos e despertando ressentimentos. O trabalho de se evitar a tributação do pobre através da inflação traz benefícios a maiorias silenciosas e desorganizadas, cuja voz se faz ouvir apenas ocasionalmente, no momento de eleições.

Mas é com satisfação que olho para trás, para o trabalho realizado e para as transformações que o Brasil experimentou e para as quais tive a alegria de contribuir. A abertura, a estabilização, a privatização, as reformas previdenciária e administrativa, o reordenamento do sistema financeiro, são transformações que terão seus efeitos ainda por muitos anos à frente, para o bem do país. Tive a honra de trabalhar com alguns dos melhores brasileiros. Gostaria de agradecer especialmente a meu amigo Pedro Malan, pelo apoio nas horas difíceis e pelas incontáveis lições ao longo do caminho.

”